

# Agressões e pressões

O PRESIDENTE da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, provou o dissabor causado por vaías a ele dirigidas injustamente. Indo ao encontro de agitadores, teria de arrostar as consequências. Lidar com eles, é como tratar com arruaceiros, nunca dispostos a comportamento compatível com a prática democrática. A simples entrega de emendas ditas populares converteu-se em agressão que alcançou, na pessoa de seu Presidente, toda a Assembléia Constituinte.

ESPERA-SE, agora, que o Deputado Ulysses Guimarães não mais se exponha pessoalmente, nem submeta a Assembléia a tais constrangimentos. Ninguém nega à sociedade o direito de exercer pressões sobre os trabalhos constituintes. Isso faz parte do jogo democrático. Mas tudo há de ser feito dentro das regras. Há pressões e há agressões. O que se passou no comício dos agitadores foi, de fato, uma coerção cujo significado precisa ser denunciado: inconformidade

e falta de respeito, manifestadas de forma que permitem, supor uma disposição para novo apelo à ação direta contra os constituintes, nos momentos de decisão.

OS QUE vaiaram o Presidente da Assembléia passaram o recado de uma intenção que não pode ter direito de voz nas galerias, durante as votações. Mas, desde agora, eles rebelam-se contra a vontade da maioria, ontem conhecida através de inquéritos junto aos constituintes. A maioria quer uma sociedade aberta, com liberdade de criar e produzir, com menor regulamentação estatal. A maioria não tem medo de manter e cultivar o relacionamento internacional amplo, sem inibições em face do FMI; a maioria quer um sindicalismo livre, sem paternalismo restritivo do mercado de trabalho e sem a anarquia do grevismo.

OS INQUÉRITOS e o debate de anteontem sobre a ordem econômica revelaram que o valor dominante na Assembléia é o da redução das restrições à ativi-

dade produtiva. As reservas retardam o nosso progresso, e os monopólios do Estado têm custo expressivo na composição de nossa dívida externa.

NO ROL das pressões válidas, insere-se a pressão sindical que deseja livrar o sindicalismo da influência do PT e do PDT, para concentrar-se nas questões de trabalho e salário. Nesse mesmo rol, está a pressão da classe empresarial.

A SOLUÇÃO a extrair desse jogo de pressões e conflitos é simplesmente uma Constituição sintética, de princípios gerais, definindo relações do governo com o cidadão e das pessoas entre si. Tudo mais ficaria no domínio da legislação ordinária, votada segundo processo decisório-legislativo democrático: um processo que encerrará o período dos decretos-leis e restaurará a autoridade e a dignidade da lei comum. O texto constitucional deve resistir a mudanças de conjuntura, as quais podem ser satisfeitas por essa mesma lei comum.